

# Termo de Referência 58/2023

## Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
58/2023	682010-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	JOSIANE OLIVEIRA DAMACENO	10/08/2023 14:22 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		50300.012064/2023-41

## 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de **empresa especializada para manutenção do atual escritório da Gerência Regional do Recife – GRERE, incluindo o fornecimento de todo material necessário para realização do serviço**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO
1	19372	Executar serviço de pintura geral das salas e portas e pequenos reparos não estruturais.
2	13129	Substituição e adaptação de 34 lâmpadas/luminárias e 12 focos de luz
3	12700	Substituição de 15 placas de forro mineral
4	12700	Reparo do gesso

1.2 O prazo de vigência da contratação é de **60 dias** contados da **emissão da Nota de Empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº14.133/2021. **A contratação pode ser encerrada antes do prazo de vigência, quando concluída a prestação do serviço.**

**1.3 O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum.**

**1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.**

**1.5 A forma de seleção será por Dispensa de Licitação.**

**1.6 O custo estimado total da contratação é de 10.559,40 (dez mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação **se dá devido a necessidade recuperação do imóvel onde funciona a atual sede da Gerência Regional do Recife – GRERE, que é locado e será devolvido ao locador, por conta de mudança da sede para um novo endereço. A recuperação do imóvel é obrigação prevista no contrato de locação (CONSAF-ANTAQ/Nº 04/2015), a ser feita por ocasião da devolução do bem locado ao proprietário, conforme estabelecido na Cláusula Quarta do instrumento contratual.**

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 A descrição da solução como um todo, **abrange a prestação do serviço de manutenção do escritório da GRERE, incluindo o fornecimento de todo o material necessário para a realização do serviço.**

3.2 **Trata a contratação de serviços acessórios e complementares, que é indispensável à ANTAQ, em face de não existir profissional no quadro do órgão para exercer esta atividade. O serviço, ora solicitado, destina-se à realização de atividades sob demanda, instrumentais e complementares aos assuntos que constituem área de competência legal da ANTAQ.**

3.3 **O objeto a ser contratado é divisível, pois atuarão mais de uma área técnica. No entanto, não é viável, técnica e economicamente, o parcelamento da contratação, pois a atuação de uma única empresa facilita o planejamento, o controle, e a execução das atividades. Como o serviço será realizado em um mesmo local, a existência de diversas empresas concomitantemente pode gerar problemas na execução e no andamento da obra, já que cada empresa fará seu planejamento e sua mobilização. Além disso, as atividades, apesar de tecnicamente diferentes, possuem relação direta pois a conclusão de uma etapa de uma área impacta na execução de outra área. O planejamento e controle feito por uma única empresa, tende a garantir mais qualidade ao serviço, pois a responsabilidade e garantia fica a cargo de uma única empresa, evitando assim transferência de responsabilidades por eventual problema que ocorra, além de otimizar o custo da obra e prazo de execução da mesma. Dessa forma, se torna mais viável a contratação de uma única empresa para executar todo o serviço e fornecer o material necessário.**

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.1.1 Utilizar materiais reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;**

**4.1.2 Instruir os funcionários para separação consciente do lixo e dos resíduos reutilizáveis;**

**4.1.3.Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;**

**4.1.4 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;**

**4.1.5 Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho;**

**4.1.6 Atender às orientações contidas na IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;**

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. VISTORIA

### 5. VISTORIA

5.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas, **devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (81) 2129-2750 ou via WhatsApp (81) 99991-2881.**

5.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.3.1 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

### 6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 O prazo de execução dos serviços será de até **15 (quinze) dias**, com início **em até 48 horas, após comunicado pela ANTAQ, e após recebimento da nota de empenho**, na forma que se segue:

**6.1.1 Executar serviço na GRERE, com fornecimento de todo material necessário de pintura geral com tinta branca de primeira qualidade nas salas (paredes e portas) e pequenos reparos não estruturais; Substituição e adaptação de lâmpadas e pontos de luz; Substituição de placas de forro mineral no teto; Reparos necessários no gesso.**

6.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Av. Governador Agamenom Magalhães, 4.575, Empresarial Nassau, Salas 101 a 103 – Bairro Paissandu CEP: 50.070-160 – Recife-PE.**

6.3 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

**6.3.1 O serviço deve ocorrer durante a semana (de segunda-feira a sexta-feira) em horário comercial. Em comum acordo com a GRERE ou nos casos necessários, como barulho ou cheiro forte dos materiais, o serviço deverá ser realizado a noite ou durante os finais de semana.**

## 7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

### 7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADO

7.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios **necessários para a execução dos serviços previstos no presente TR**, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

**7.1.1 Os materiais e equipamentos fornecidos deverão ser de primeira qualidade, com desempenho equivalente ao das melhores marcas do mercado.**

## 8. INFORMAÇÕES PARA O DIMENSIONAMENTO

### 8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**8.1.1 Realizar o serviço com fornecimento de todos os materiais necessários;**

**8.1.2 A salas possuem uma área total aproximada de 257,11 0m<sup>2</sup>, distribuída em dois vãos abertos, duas salas fechadas, área para copa, área para limpeza e 06 banheiros.**

**8.1.3 Realizar a pintura de todas as paredes do imóvel e de 09 portas, além de reparos nos locais de instalação dos aparelhos de ar-condicionado e das**

persianas, que serão retiradas, utilizando tinta branca de primeira qualidade e com cheiro suave;

8.1.4 Substituição/adaptação de lâmpadas/luminárias: 19 luminárias de 25x25 cm (ANEXO I), 15 luminárias de 1,5m x 25 cm (ANEXO II), 12 focos de luz nos banheiros (ANEXO III);

8.1.5 As lâmpadas presentes atualmente na ANTAQ e citadas no item 8.1.4 são fluorescentes.

8.1.6 Substituição de 15 placas de forro mineral, que foram cortadas para instalação da tubulação dos aparelhos de ar-condicionado (ANEXO IV);

8.1.7 Reparo do gesso em virtude da antiga instalação / retirada das persianas.

8.1.8 Atender a todas as determinações constantes na legislação vigente, principalmente nas normas técnicas.

8.1.9 A Contratada deve assumir todas as responsabilidades de tráfego (multas, pedágios, impostos, estacionamento, taxas, etc), e utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

8.1.10 A contratada deve responsabilizar-se por todas as despesas, tais como: impostos, taxas, seguro, embalagens, mão-de-obra, licenças, alvarás, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outras formas devidas relativas e indispensáveis à perfeita execução do objeto do presente no Termo de Referência;

8.1.11 A contratada deve também responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha causar durante a execução dos serviços (vidros, pisos, revestimentos, paredes, aparelhos, etc.), assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais porventura afetados com materiais similares sempre observando o bom nível de acabamento dos serviços;

8.1.12 A contratada deverá manter limpo e organizado o local em que o serviço estiver sendo prestado e responsabilizar-se pela limpeza do local após a conclusão dos serviços, devendo ser retirados todos os detritos e embalagens utilizadas, exceto quando dispensado pelo interessado.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO**

### **9. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO**

#### **9.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

9.1.1 A avença formalizada por meio de nota de empenho deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão **do objeto**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.1.3 A execução do **objeto** deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo responsável **pelo atesto da nota fiscal**.

9.1.3.1 O **responsável pelo atesto da nota fiscal** anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133 /2021, art. 117, §1º).

9.1.3.2 O **responsável pelo atesto da nota fiscal** informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.1.4 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do **objeto**. (Lei nº 14.133/2021, art. 118)

9.1.4.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

9.1.5 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133 /2021, art. 119)

9.1.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do **objeto**, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).

9.1.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do **objeto** (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput ).

9.1.7.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do **objeto** (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º)

9.1.8 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.1.9 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9.1.10 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

9.1.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.1.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 9.2 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

9.2.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.2.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**9.2.3.1 Durante a execução do objeto, o responsável pelo atesto deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.**

**9.2.3.2 O responsável pelo atesto deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.**

**9.2.3.3 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.**

**9.2.3.4 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.**

9.2.4 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.2.4.1 não produziu os resultados acordados;

9.2.4.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.2.4.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### 9.3 DO RECEBIMENTO

9.3.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias**, contado do **término do serviço e recebimento de toda documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do **objeto**, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.3.1.1 O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.3.1.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o **responsável pelo atesto do objeto** irá apurar o resultado das avaliações da execução do **objeto** e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor.

9.3.1.1.2 O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.3.1.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.3.1.2 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor.

9.3.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na



proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos **no prazo fixado pelo responsável pelo atesto**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.3.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.3.3.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.3.3.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

9.3.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **objeto**.

## **10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:**

**10.1.1 der causa à inexecução parcial do objeto;**

**10.1.2 der causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**

**10.1.3 der causa à inexecução total do objeto;**

**10.1.4 deixar de entregar a documentação exigida;**

**10.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;**

**10.1.6 não executar o objeto ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;**

**10.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;**

10.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida;

10.1.9 fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução objeto;

10.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

10.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do objeto, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

10.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

10.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

10.2.4 Multa:

10.2.4.1 moratória de 0,5% - por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2 compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º)

10.3 Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.3.2 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021,

para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

10.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.5.2 as peculiaridades do caso concreto

10.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.5.4 os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

10.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste objeto ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.8 A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA**

11.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133 /2021, que culminará com a seleção da proposta de **menor preço**.

11.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

11.3 Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

11.4 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor **serão previstos na legislação vigente.**

11.4.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. **(SUPRESSÃO)**

1.4.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: **( SUPRESSÃO)**

11.4.1.1.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante. **(SUPRESSÃO)**

11.4.1.1.2 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de..... anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os ..... anos serem ininterruptos. **(SUPRESSÃO)**

11.4.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. **(SUPRESSÃO)**

11.4.2 apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação. **( SUPRESSÃO)**

11.4.2.1 Entende-se por características semelhantes as seguintes: **(SUPRESSÃO)**

11.4.2.2 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. **(SUPRESSÃO)**

11.4.3. O fornecedor deverá apresentar, ainda, a relação de compromissos por ele assumidos, conforme modelo constante do Anexo ....., que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico apresentado para fins de qualificação técnico[1]profissional. **(SUPRESSÃO)**

11.4.4 registro ou inscrição na entidade profissional competente, em plena validade; **(SUPRESSÃO)**

11.4.5. prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....: **(SUPRESSÃO)**

11.4.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos. **(SUPRESSÃO)**

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**12.1.1 A dotação orçamentária será informada posteriormente pela Gerência de Licitações e Contratos.**

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. **(SUPRESSÃO).**

## 13. ANEXO I

### **- Luminárias de 25x25 cm**



## **14. ANEXO II**

### **- Luminárias de 1,5m x 25 cm**



## **15. ANEXO III**

### **- Focos de luz**



## 16. ANEXO IV

### - Placas de forro mineral











## 17. ANEXO V

**Anexo - Instrumento de Medição do Resultado (IMR)**

<u>CRITÉRIO</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>GRAU</u>	<u>PONTOS PERDIDOS P O R INCIDÊNCIA</u>	<u>PONTOS PERDIDOS P O R REINCIDÊNCIA</u>
<u>Apresentação</u>	<u>Permitir a presença de funcionário sem uniforme, m a l apresentado e /ou sem Cartão de Identificação, p o r ocorrência;</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>2</u>
<u>Assiduidade</u>	<u>Permitir atraso injustificado d e funcionário, p o r ocorrência;</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>4</u>
<u>Efetividade</u>	<u>Descumprir as rotinas estabelecidas pela Antaq, p o r ocorrência;</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>4</u>
<u>Total de Pontos Perdidos</u>				
<u>PONTUAÇÃO TOTAL (100 PONTOS - PONTOS PERDIDOS)</u>				
<u>CONCEITO DA AVALIAÇÃO (A- Ótimo; B - Bom; C- Regular; D - Insatisfatório)</u>				

**Apurados os pontos perdidos, o percentual de ajuste da fatura se dará na proporção da tabela abaixo:**

<b><u>CONCEITO</u></b>	<b><u>PONTUAÇÃO TOTAL</u></b>	<b><u>PERCENTUAL DE GLOSA DA FATURA MENSAL</u></b>
<b><u>A</u></b>	<b><u>Maior ou igual a 95 -</u></b>	
<b><u>B</u></b>	<b><u>Maior ou igual a 92 e menor que 95</u></b>	<b><u>2%</u></b>
<b><u>C</u></b>	<b><u>Maior ou igual a 90 e menor que 92</u></b>	<b><u>3%</u></b>
<b><u>D</u></b>	<b><u>Menor que 90</u></b>	<b><u>4%</u></b>

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSIANE OLIVEIRA DAMACENO**

Técnico Administrativo



Assinou eletronicamente em 10/08/2023 às 11:48:30.

**MAURICIO RODRIGUES LIBARDI**

Analista Administrativo



Assinou eletronicamente em 10/08/2023 às 11:52:11.

**RAFAEL DUARTE FERREIRA DA SILVA**

Gerente da GRERE - Especialista em Regulação



Assinou eletronicamente em 10/08/2023 às 14:22:07.

